

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siuffi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

**(67) 3318-2091** e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

**(67) 3357-2449** e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 1942/2023-PGJ, DE 20.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger 5 (cinco) dias de compensação no período de 22 a 26.5.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 20 a 27.6.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1941/2023-PGJ, DE 20.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Procuradora de Justiça Irma Vieira de Santana e Anzoategui 1 (um) dia de férias compensatórias no dia 22.5.2023, referente ao recesso forense de 22 a 31.12.1999, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1605/2023-PGJ, DE 4.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de compensação de plantão ao Promotor de Justiça Luiz Eduardo Lemos de Almeida, que seriam usufruídos no período de 10.4 a 9.5.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00002819-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1940/2023-PGJ, DE 20.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Procuradora de Justiça Irma Vieira de Santana e Anzoategui 2 (dois) dias de compensação nos dias 18 e 19.5.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 29.3 a 5.4.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1944/2023-PGJ, DE 20.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Procurador de Justiça Rodrigo Jacobina Stephanini 1 (um) dia de compensação no dia 19.4.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 18 a 25.10.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1945/2023-PGJ, DE 20.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Marcos Roberto Dietz 5 (cinco) dias de compensação no período de 10 a 14.7.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 6 a 12.11.2019, 15 a 21.1 e 5 a 11.2.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1606/2023-PGJ, DE 4.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de compensação de plantão ao Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol, que seriam usufruídos no período de 10.3 a 8.4.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00002807-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2006/2023-PGJ, DE 25.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Procurador de Justiça Silasneiton Gonçalves 1 (um) dia de férias compensatórias no dia 28.4.2023, referente ao feriado forense de 20.12.2017 a 6.1.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1566/2023-PGJ, DE 4.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 23 (vinte e três) dias de compensação de plantão à Promotora de Justiça Cristiane Amaral Cavalcante, que seriam usufruídos no período de 20.3 a 11.4.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00002896-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1569/2023-PGJ, DE 4.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de compensação de plantão ao Procurador de Justiça Edgar Roberto Lemos de Miranda, que seriam usufruídos no período de 16.3 a 14.4.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00002788-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2053/2023-PGJ, DE 27.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais das Notas de Empenho nºs 2023NE001782, 2023NE001783, 2023NE001784, 2023NE001785, 2023NE001786 e 2023NE001787, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Carolina Pontes Andreussi, Analista/Direito; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativa – Naira Santana de Oliveira, Técnica I; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnica – Bruna Natielly Dutra Santana, Assessora Jurídica; 3.1) Suplente – Joana Maria Diedrich, Chefe do Departamento de Apoio Administrativo da ESMP (PGA nº 09.2023.00004373-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2054/2023-PGJ, DE 27.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000210, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativa – Naira Santa de Oliveira, Técnica I; 2.1) Suplente – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 3) Fiscal Técnico – Carlos Cesar de Araujo Junior, Analista/Engenharia Civil; 3.1) Suplente – Marcos Antônio Nascimento de Azevedo, Analista/Engenharia Civil (PGA nº 09.2023.00003758-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



## PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

### PORTARIA Nº 2046/2023-PGJ, DE 26.4.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Alexandra Secco de Almeida Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Mundo Novo, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 24 a 28.4.2023, em razão de afastamento do servidor Denis Clebson da Cruz, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

### PORTARIA Nº 2047/2023-PGJ, DE 26.4.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Luiz Fernando Ribeiro Barbosa, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança FC5, símbolo MPFC-305, no dia 18.4.2023, em razão de afastamento da servidora Laura Regina Barbosa Victor Chaparim.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

### PORTARIA Nº 2048/2023-PGJ, DE 26.4.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Wagner Carstens Marques de Sousa, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Monitoramento de Metas e Indicadores Estratégicos no período de 17 a 20.4.2023, em razão de afastamento do titular, Pedro Henrique Cavalcante de Oliveira.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

### PORTARIA Nº 2049/2022-PGJ, DE 26.4.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Samuel Felipe de Azevedo Nass Flores, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Camapuã, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Bandeirantes, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 24 a 28.4.2023, em razão de afastamento do servidor Denis Clebson da Cruz, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2050/2023-PGJ, DE 26.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Maria Rosa Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Naviraí, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, a partir de 14.4.2023, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 3704/2022-PGJ, de 21.7.2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2051/2023-PGJ, DE 26.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Thiago Falcão Ricartes, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 1ª Promotoria de Justiça de Naviraí, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, a partir de 13.4.2023, até ulterior deliberação.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2052/2023-PGJ, DE 26.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Material e Patrimônio nos dias 15 e 16.5.2023, em razão de afastamento da titular, Renata Caroline Pereira de Macedo.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2067/2023-PGJ, DE 27.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Daniel Célio Fernandes Costa Matos, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 24.4 a 3.5.2023, em razão de afastamento do servidor Paulo Henrique Sanches, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2068/2023-PGJ, DE 27.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Brauner Murilo de Melo Biscoli, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Ivinhema, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Angélica, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 2 a 11.5.2023, em razão de afastamento da servidora Eliene Marta Breguedo do Nascimento Machado, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2069/2023-PGJ, DE 27.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Thaisa Aparecida Campagna de Assis, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 7ª Promotoria de Justiça de Corumbá, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 5ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 10 a 19.4.2023, em razão de afastamento do servidor Adiy Adi Tranches, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-424/2023/PGJ, DE 27.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Giovanna Bergamo Gomes Morelli, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 26.6 a 15.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 17 a 26.7.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-425/2023/PGJ, DE 27.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Renata Valeria Brito Espindola, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 14.6 a 3.7.2023 e de 18 a 27.10.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-426/2023/PGJ, DE 27.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Aداون Tamiozzo de Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 10 a 19.7.2023 e de 8 a 27.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-427/2023/PGJ, DE 27.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Ellen Beatriz do Nascimento Oliveira Rotta, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 26.6 a 15.7.2023 e de 26.7 a 4.8.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-428/2023/PGJ, DE 27.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Lais Massuda Albuquerque de Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 7 a 16.8.2023 e de 8 a 17.4.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 23.6 a 2.7.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-429/2023/PGJ, DE 27.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Vinicius Ferreira Martins, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 20 a 29.6.2023 e de 21.9 a 10.10.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-430/2023/PGJ, DE 27.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Elizandra Valladão Delfino de Aguiar, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 10 a 19.7.2023 e de 8 a 17.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 12 a 21.6.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-431/2023/PGJ, DE 27.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Thiago Russo Nantes, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 10 a 19.7.2023 e de 18 a 27.9.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 4 a 13.9.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-432/2023/PGJ, DE 27.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Gabriel Damião Amaral Silveira, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 19 a 28.2.2024 e de 18 a 27.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 15 a 24.6.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-433/2023/PGJ, DE 27.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Luanna Catina Filete Nogueira, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 3 a 12.7.2023 e de 16 a 25.10.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 13 a 22.7.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-434/2023/PGJ, DE 27.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Paula Cristina Andrade Galvão, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 3 a 12.7.2023 e de 16 a 25.10.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 15 a 24.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-435/2023/PGJ, DE 27.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Jonathas Santos de Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 2 a 11.8.2023 e de 22 a 31.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 21 a 30.7.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****PAUTA DA 9ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 8 DE MAIO DE 2023.****1. Expedientes:****1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001876-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004453-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004951-0.

**2. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00005441-3.

**3. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009614-7.

**4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004744-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011239-7.

**5. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002870-4.

**6. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000357-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000359-7.

**7. Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003416-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003412-1.

**1.2. Análise das prorrogações de prazo de Inquéritos Civis e Procedimentos Preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:****1.2.1. CONSELHEIRO IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00003315-5:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00000214-6.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002256-4.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000318-2.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000745-6.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001395-1.

**Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001714-3.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001306-2.

**Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00000099-6.

**Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000750-5.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001286-3.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001412-8.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000110-4.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001100-2.

**1.2.2. CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00004193-3:****2ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00000116-9.

**42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00000193-6.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00001901-5.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001371-8.

**Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:**

Inquérito Civil nº 06.2018.000003173-0.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001525-6.

**4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00000115-1.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00000116-9.

**Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001471-7.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000145-9.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000182-6.

**43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000242-5.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00001298-9.

**1.2.3. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00003314-4:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00001044-2.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000071-6.

Procedimento Preparativo nº 06.2022.00001093-6.

**Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00003408-2.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001463-5.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000260-0.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001385-1.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001537-8.

**Promotoria de Justiça da comarca de Coronel Sapucaia:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000007-1.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000138-1.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000139-2.

**43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Procedimento Preparativo nº 06.2022.00001503-1.

**1.2.4. CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00004192-2:****Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00002024-4.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000243-6.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00002945-7.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000075-2.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001016-1.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001195-0.

**7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000867-0.

Procedimento Preparativo nº 06.2023.00000006-4.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000029-3.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

Procedimento Preparativo nº 06.2022.00001536-4.

**1.2.5. CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00003320-0:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00002402-9.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000043-0.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000205-8.

**Promotoria de Justiça da comarca de Coronel Sapucaia:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00002804-7.

**Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001319-1.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001493-5.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001610-0.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000595-1.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001309-5.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000066-0.

**Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001302-2.

**29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001316-6.

**Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:**

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001531-0.

**Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00000997-6.

**1.3. Comunicação de Acordos de Não Persecução Cível firmados em Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, celebrados na fase judicial, submetidos à homologação do respectivo juízo, para fins de registro, conforme artigo 5º, § 9º da Resolução nº 3/2021-CPJ, de 31.5.2021:**

• **Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:**

Ofício nº 0120/2023/PJ/BRS, de 29.3.2023, o Promotor de Justiça da comarca de Brasilândia Adriano Barrozo da Silva encaminha cópia do Aditamento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003596-0, instaurado para estabelecer elementos mínimos e padronizados no uso do recurso financeiro, no valor de R\$ 15.374.916,34 (quinze milhões, trezentos e setenta e quatro mil, novecentos e dezesseis reais e trinta e quatro centavos), oriundos de composição extrajudicial firmado entre o Ministério Público, município de Brasilândia e CESP, nos autos das ações civis nº 0800178-54.2016.8.12.0030 e 090013-15.2016.8.12.0030.

**2. Ordem do dia:****2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****2.1.1. RELATORA-CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001770-6**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Caracol

Assunto: Apurar indícios de descumprimento pelo Município de Caracol de implemento de Sistema de Descarte de Esgoto adequado em todos os domicílios do território do Município originalmente apurados nos autos do IC 07/2015.

**2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000122-2**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Henrique Pinto Fadel

Assunto: Apurar atendimento às regras de instalação, armazenamento e trato com agrotóxicos e suas embalagens por parte da Fazenda Porto Oculto, situada neste município de Itaquiraí.

**3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000263-2**

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Apurar

Assunto: Apurar eventual desvio de materiais, notadamente da Escola Municipal Maria Eulália (quando em reforma/ampliação) para propriedade particular do Prefeito de Três Lagoas, além de materiais a serem utilizados pela Agroen em reforma/ampliação notadamente de escolas da cidade para o mesmo fim, bem como a compra de propriedades e outros bens de valor para o referido alcaide em nome de “laranja(s)”.

**2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001430-6**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Averiguar se houve preterição dos requerentes em cadastro para obtenção de casas populares neste município.

**2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001224-8**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Orivaldo Cristianini, André Pedro Cristianini e Dirceu Paschoal Cristianini

Assunto: Apurar o armazenamento e utilização de agrotóxicos com data de validade vencida na Fazenda Santa Bárbara, de propriedade de Orivaldo Cristianini, bem como apurar a situação jurídico ambiental da propriedade com relação à conservação das áreas de reserva legal e preservação permanente, bem como o correto manejo do solo.

**3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001808-6**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alberto Castro Costa

Assunto: Apurar o desmatamento de 7,78 hectares de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, em área de Tensão Ecológica de Savana e Floresta Estacional Semidecidual Submontana, na propriedade rural "Fazenda Pouso Alegre-Remanescente", inscrita sob o n. CARMS0006055, no município de Miranda/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 239/19/NUGEO – Programa DNA Ambiental (2016-2017).

**Advogado: Vitor Mendes Duarte – OAB/MS nº 24.452.**

**2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:****1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001444-5**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o descarte de resíduos em via pública e ausência de licenciamento de lava-jatos no município de Aquidauana-MS (denúncia oriunda da Ouvidoria - manifestação 11.2016.00000171-6).

**2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001028-3 – SIGILOSO**

49ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande

**3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000240-6**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Federal - Procuradoria-Geral da República em Mato Grosso do Sul

Requerida: Construtora "Sanches Tripolini Ltda."

Assunto: Apurar suposto exercício de atividade de extração de minério (cascalho), sem a devida autorização ou licença da autoridade competente, pela empresa denominada "Provias Engenharia LTDA", no imóvel rural "Fazenda Triângulo", localizada próxima ao Sindicato Rural de Camapuã-MS.

**4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000861-8**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Sérgio Wellington Medeiros Pereira Marcon

Requerido: Município de Camapuã

Assunto: Apurar possível omissão do Município de Camapuã em adotar providências necessárias para o planejamento e manejo da arborização urbana.

**5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000167-0 – SIGILOSO**

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da comarca de Campo Grande

**6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000508-4**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Maricélia Ikeizume de Souza e José Gomes da Cruz

Assunto: Apurar desmatamento de 5,00 hectares em área de vegetação nativa, em propriedade rural identificada por Cadastro Ambiental Rural - CARMS nº 45.896, em Rochedo, sem autorização ambiental competente, conforme Parecer nº 663/17/NUGEO e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 004/3ºGPMA 1ºPEL 3ºCIA BPMA/CPE/2021.

**7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001191-2**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia da ocorrência de danos ao erário do Município de Naviraí, por meio da aquisição de bens e serviços da empresa “Workserv Desenvolvimento e Comércio de Softwares Ltda-ME”, os quais não estariam sendo utilizados para os fins a que se destinariam.

**2.1.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:****1. Recurso em Procedimento Administrativo nº 09.2021.00004937-2 – SIGILOSO**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Três Lagoas

**2. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001558-6**

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Escola Park Tool Eireli CNPJ 18.275.401/0001-10

Assunto: Garantir aos consumidores em geral, que adquirem e que venham a adquirir bicicletas fabricadas pelo fornecedor Escola Park Tool EIRELI, a instalação e disponibilização de itens obrigatórios e indispensáveis à segurança, quais sejam, campanha, retrovisor esquerdo e sinalização retrorrefletora.

**3. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00000597-0 – SIGILOSO**

Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial - GACEP

**4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001409-0**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a degradação de Área de Preservação Permanente em área pública, com deposição de resíduos diversos e supressão arbórea e queimadas, localizada no bairro Jardim Zé Pereira, entre as ruas Alexandrino Marques, Artagnan dos Santos Machado e avenida José Barbosa Rodrigues, em Campo Grande-MS.

**5. Inquérito Civil nº 06.2020.00000555-8**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Cirumed Comércio Ltda. e Dalton de Souza Lima

Assunto: Apurar suposta ocorrência de ato de improbidade administrativa, nas modalidades enriquecimento ilícito, dano ao erário e violação de princípios da administração pública, praticado, em tese, pelo ex-prefeito de Corguinho/MS, Dalton de Souza Lima, visando beneficiar a empresa CIRUMED Comércio Ltda, realizando pagamento supostamente irregular no valor de R\$ 90.357,13 (noventa mil trezentos e cinquenta e sete reais e treze centavos), no último dia útil de sua gestão.

**6. Inquérito Civil nº 06.2020.00001095-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Aurea Rezende Gatto

Assunto: Apurar eventual supressão vegetal de 03 (três) áreas, totalizando 18,53 hectares, no período entre 13/11/2015 e 20/03/2016, conforme Parecer nº 671/91/Nugeo, na propriedade denominada Dois Irmãos, de propriedade de Aurea Rezende Gatto, em Camapuã/MS.

**7. Inquérito Civil nº 06.2020.00001095-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Aurea Rezende Gatto

Assunto: Apurar eventual supressão vegetal de 03 (três) áreas, totalizando 18,53 hectares, no período entre 13/11/2015 e 20/03/2016, conforme Parecer nº 671/91/Nugeo, na propriedade denominada Dois Irmãos, de propriedade de Aurea Rezende Gatto, em Camapuã/MS.

**8. Inquérito Civil nº 06.2020.00001097-2**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Lauriana Rosa Guimarães

Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 53,78 hectares em área de Savana Arborizada sem floresta-de-galeria e área de Savana (cerrado) Florestada + Arborizada, ocorrido na Fazenda Nossa Senhora de Lourdes, em Rio Verde de Mato Grosso, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 232/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental - 2020).

**9. Inquérito Civil nº 06.2021.00000121-1**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Fluvio de Moraes Barbosa

Assunto: Apurar construção predial irregular de alvenaria realizada na propriedade “Chácara Quinta FC”, dentro de Área de Preservação Permanente, no Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS, conforme auto de infração nº 5411/IMASUL.

**10. Inquérito Civil nº 06.2021.00001149-7**

Promotoria do Meio Ambiente da comarca de Justiça de Bela Vista

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Fazenda Betel

Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 125,08 hectares de vegetação nativa ocorridos na Fazenda Betel em Caracol/MS, detectados pelo Parecer Nugeo nº 676/19.

**11. Inquérito Civil nº 06.2021.00001259-6**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Laurindo Cleber Lopes da Silva

Assunto: Apurar eventual supressão de vegetação de origem nativa sem autorização do órgão ambiental competente e danos ocorridos em área de reserva legal, ocorrida na Fazenda São Francisco, situada no Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS.

**12. Inquérito Civil nº 06.2022.00000984-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Cerâmica Emanuel Ltda

Assunto: Apurar suposta ocorrência de dano ambiental, decorrente do funcionamento da empresa Cerâmica Emanuel Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 15.359.455/0001-75, situada no Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes.

**2.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:****1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00000884-5**

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Sete Quedas

Recorrente: Karine Sousa dos Santos

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Verificar a possibilidade de fornecimento de transporte escolar no período vespertino ao estudante E.S.M.

**2. Inquérito Civil de nº 06.2020.00000131-8**

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Fátima do Sul

Assunto: Apurar eventual fornecimento inadequado de transporte escolar aos alunos da zona rural do município de Jateí/MS.

**3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000875-9**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Flavia Maria Lucas de Siqueira Fedossi

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo no âmbito da Prefeitura Municipal de Nova Andradina, bem como possível descumprimento de carga horária por médico auditor.

**4. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000798-6**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a eventual necessidade de adoção de medidas para regularizar o cercamento de área rural em árvores, no interior da propriedade denominada Fazenda WO II, no município de Cassilândia/MS.

**5. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000792-0**

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Associação de Auxílio e Recuperação dos Hansenianos - AARH

Assunto: Analisar eventual irregularidade na forma de contratação de ocupante de cargo diretivo pela Associação de Auxílio e Recuperação dos Hansenianos (AARH), mantenedora do Hospital São Julião.

**2.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:****1. Inquérito Civil nº 06.2019.00001787-6**

76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Campo Grande

Assunto: Apurar as medidas adotadas pelo Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Campo Grande, com o objetivo de reduzir a demanda reprimida por consultas de angiologia geral e angiologia cirúrgica.

**2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000004-1**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Mário Jorge Vargas Sarmento

Assunto: Apurar desmatamento de 5,37 hectares em área de Savana, na Fazenda Taju, em Rochedo/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 602/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

**3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000501-8**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Cláudia Regina Vendrame Gomes Luiz

Assunto: Apurar o déficit de 2,72 hectares em Área de Preservação Permanente referente ao Rio Iguatemi no Lote 74 da Gleba n. 2-Moroti, em Sete Quedas/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 24/20/NUGEO.

**4. Inquérito Civil nº 06.2018.00003410-5**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na construção de casas particulares no Município de Anastácio/MS.

**5. Inquérito Civil nº 06.2019.00000883-3**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Cristiane Aparecida Paschoallete Corrêa da Costa



Assunto: Apurar a ocorrência de exploração de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente em propriedade rural denominada Fazenda Baía Negra, localizada na zona rural do Município de Aquidauana.

**6. Inquérito Civil nº 06.2020.00001392-5**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na frequência de médicos que prestam serviços na Prefeitura Municipal de Guia Lopes da Laguna/MS e no Hospital Edelmira Nunes de Oliveira, e possíveis atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

**7. Inquérito Civil nº 06.2021.00001132-0 – SIGILOSO**

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

**8. Inquérito Civil nº 06.2021.00001389-5**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Pactual Construções Ltda.

Assunto: Coletar informações, subsídios e elementos de convicção acerca de possível dano ambiental em área de preservação permanente no Bairro Nova Aquidauana, ocasionado com a construção de um dissipador de energia em concreto armado nas margens de córrego, em desacordo com as condicionantes específicas da licença ambiental.

**9. Inquérito Civil nº 06.2022.00000181-5**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Mult Serviços e Transportes Eireli

Assunto: Apurar violação aos princípios da moralidade, da isonomia e da impessoalidade decorrente de eventual favorecimento ilegal na realização do pregão presencial nº 123/2020.

**10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001020-3 – SIGILOSO**

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

**Advogados: Onofre Pinheiro Filho – OAB/MS nº 11.125 e José Medina Mendonça Neto – OAB/MS nº 13.036.**

**2.1.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**

**1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00000817-8**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Recorrente: Luciana Paula Lobo

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar notícia de eventual irregularidade na rescisão de contrato temporário de profissionais da educação de Corumbá, antes do prazo de vencimento.

**2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001207-3 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

**3. Inquérito Civil nº 06.2020.00001130-5**

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Vivo S/A

Assunto: Apurar eventual má prestação de serviços de telefonia móvel na cidade de Bataguassu/MS, pela empresa Vivo S/A.

**4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001143-0**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Jateí/MS



Assunto: Apuração de falta de equipamentos, médicos de sobreaviso, ausência de treinamento continuado da equipe em urgência e emergência; ausência de fiscalização contínua dos medicamentos e equipamentos mínimos necessários ao funcionamento de um serviço de urgência e emergência; laboratório não funciona 24 horas, com profissional de aviso e ausência de normatização de fluxo de atendimento em postos de saúde.

#### **5. Inquérito Civil nº 06.2019.00000287-2**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Delúcia Dias Duarte Souza e José Ivo de Souza

Assunto: Apurar ocorrência de dano ambiental consistente no desmatamento irregular de árvores nativas na propriedade rural denominada Estância São José, de propriedade da Sra. Delúcia Dias Duarte Souza e José Ivo de Souza, localizada na Rod. MS-276, km 47, nesta cidade e Comarca de Anaurilândia.

#### **6. Inquérito Civil nº 06.2021.00001503-8 – SIGILOSO**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

#### **7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000594-4**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Christian Somensi Tiburi

Assunto: Apurar a prática de maus tratos a cerca de 285 animais (bovinos), a prática de dano ambiental consistente na existência de erosões do tipo voçorocas e a degradação de 05 hectares de vegetação em área declarada como Reserva Legal, na Fazenda Padre Cícero, em Iguatemi/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatórios de Fiscalização Ambiental n. 038/2ªGPMA/2022, 039/2ªGPMA/2022 e 040/2ªGPMA/2022.

### **2.1.8. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:**

#### **1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000743-4**

57ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar demanda reprimida por consultas em endocrinologia e metabologia adulto, no Município de Campo Grande.

#### **2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000650-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Jairo dos Santos

Requerido: William Luiz Fontoura

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa decorrente de promoção pessoal realizada pelo Prefeito Municipal de Pedro Gomes por meio de publicações veiculadas na internet pela municipalidade.

#### **3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000933-2**

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul - CASSEMS

Assunto: Apurar eventual cobrança indevida praticada pela CASSEMS aos servidores comissionados em Campo Grande/MS.

### **2.1.9. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:**

#### **1. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000151-9**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município Mundo Novo

Assunto: Apurar possíveis irregularidades ocorridas nos Processos Seletivos Simplificados - SEMED 2023 - para contratação de Docentes Temporários e Gestores de Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Mundo Novo/MS.

**2. Inquérito Civil nº 06.2021.00001420-6**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Tania Bernardes de Oliveira Melo

Assunto: Apurar desmatamento de 1,79 hectares em área declarada como reserva legal e área consolidada, na Fazenda Pirizal, Estância Karina, Pontal e São José, em Rio Negro-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 125/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

**3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000566-8**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Teixeira Comércio de Cereais Ltda.

Assunto: Apurar eventual ocorrência de lesão ao erário, ante a suposta atuação ilegal da empresa Teixeira Comércio de Cereais Ltda.

**4. Inquérito Civil nº 06.2018.00003338-3**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia de irregularidade no processo licitatório nº 23/2009, referente à aquisição de pão e leite para atender as escolas municipais e CEIM's de Dourados (procedimento originado do Inquérito Civil nº 65/2009/PJPPS/DD).

**5. Inquérito Civil nº 06.2020.00000388-2 – SIGILOSO**

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

**6. Inquérito Civil nº 06.2018.00003447-1**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Ailton Martins e Vânia Barbosa Martins

Assunto: Verificar a regularidade da reserva legal, em campo e junto ao Cartório de Registro de Imóveis, bem como a ocupação de área úmida com atividade pecuária, na propriedade rural denominada Fazenda Nova Canaã (antiga Fazenda Ventania).

**7. Inquérito Civil nº 06.2021.00001281-9**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: V&M Santo Lounge Bar Ltda.

Assunto: Apurar a emissão de ruídos acima do permitido pelo estabelecimento comercial Santo Lounge Bar e promover a sua adequação às normas ambientais

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****IGUATEMI****RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 0002/2023/PJ/IGU****Procedimento Preparatório n. 06.2022.00001018-0**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Iguatemi, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, artigo 132, III, da Constituição Estadual, bem como diante das disposições contidas na Lei n. 7.347/85 e, cumprindo o disposto no artigo 26, inciso VI, da Lei Federal n. 8.625/93 e artigo 27, IV, “a”, da Lei Complementar n. 072/94, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, adotando as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que são princípios norteadores da Administração Pública, dentre outros, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a eficiência, expressamente elencados no artigo 37, caput, da CR/88;

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “*Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social*”<sup>1</sup>;

CONSIDERANDO que, conforme doutrina de Flavio da Cruz<sup>2</sup>, as diárias se prestam à “*cobertura de despesas de alimentação, pousada e locomoção urbana, com o servidor público estatutário ou celetista que se deslocar de sua sede em objeto de serviço, em caráter eventual ou transitório, entendido como sede o Município no qual a repartição estiver instalada e em que o servidor tiver exercido em caráter permanente.*”;

CONSIDERANDO que, na lição de Matheus Carvalho<sup>3</sup>, “*as indenizações são pagas ao servidor público como forma de reparar gastos feitos na prestação da atividade pública. Nesse sentido, a verba indenizatória NÃO É ACRÉSCIMO PATRIMONIAL, possuindo natureza meramente ressarcitória. Nestes casos, o Estado repor o prejuízo causado ao servidor que despendeu recursos próprios para prestação de serviço público.*”;

CONSIDERANDO, por consequência, que as diárias devem servir para reparar os prejuízos financeiros propiciados ao servidor, e não para provocar prejuízos ao erário;

CONSIDERANDO, assim, que, dada a natureza essencialmente indenizatória das diárias, deve ser vedado o seu pagamento indiscriminado como forma a consubstanciar verdadeira complementação remuneratória;

CONSIDERANDO que, para o devido atendimento do interesse público, eventuais diárias percebidas pelos servidores municipais de Iguatemi sempre devem guardar estrita pertinência com as funções institucionais legalmente previstas;

<sup>1</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

<sup>2</sup> n “LRF Comentada”, Ed. Atlas, 7ª ed., p. 82

<sup>3</sup> Manual de Direito Administrativo, Editora Juspodivm, 4ª Edição, 2017, pág. 860.



CONSIDERANDO os fatos noticiados no Procedimento Preparatório n. 06.2022.00001018-0, em trâmite nesta Promotoria de Justiça de Iguatemi, que revelam a ausência da observância de alguns requisitos e disposições acerca da forma de pagamento das diárias, no Decreto n. 1.481/2017, que atualmente regulamenta o pagamento de diárias no âmbito dos servidores municipais de Iguatemi/MS;

CONSIDERANDO a necessidade de complementação ou substituição de referido ato normativo, com o objetivo de que sejam fixados requisitos indispensáveis para controle de tais despesas;

CONSIDERANDO, de tal sorte, a necessidade de que sejam previstos critérios mais detalhados e específicos para o pagamento de diárias, a fim de que os valores pagos a título de diárias sejam justos e proporcionais à realidade deste Município de Iguatemi/MS;

CONSIDERANDO que a carga genérica da regulamentação vigente revela a perpetuação do pagamento descontrolado de diárias;

CONSIDERANDO que o deferimento indiscriminado do pagamento de diárias tem o condão de configurar ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário (art. 10, caput, da Lei de Improbidade Administrativa);

CONSIDERANDO que tal situação pode eventualmente configurar enriquecimento sem causa (art. 884 do Código Civil), bem como ato de improbidade que importe em enriquecimento ilícito (artigo 9º da Lei n. 8.429/92);

CONSIDERANDO que tais fatos, além de caracterizarem flagrante desrespeito aos princípios constitucionais, podem causar graves danos ao erário;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007/PGJ dispõe em seu artigo 5º que *“a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”*;

CONSIDERANDO que a expedição de recomendação tem o condão de configurar o dolo do gestor público, a saber: *“(...) caso seja atendida, a recomendação será um instrumento de autocomposição extrajudicial do Ministério Público e, caso não seja atendida, será relevante instrumento preparatório de documentação do dolo do agente para a posterior responsabilização por improbidade administrativa.”*<sup>4</sup>; e

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 2º, § 4º, da Resolução n. 3/2021-CPJ, de 31 de maio de 2021, *“O membro do Ministério Público promoverá, sempre que possível, antes da propositura de eventual ação civil pública por ato de improbidade, a solução consensual do conflito, consignando nos autos, de forma motivada, sua tentativa, sua impossibilidade ou seu não cabimento”*;

RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade, RECOMENDAR à Prefeitura Municipal de Iguatemi/MS, na pessoa do Prefeito Municipal, o Sr. Lídio Ledesma, que:

1) No prazo de 60 (sessenta) dias, contado a partir do recebimento da presente Recomendação, apresentem projeto normativo respectivo a fim de alterar ou complementar o Decreto n. 1.481/2017, dispondo critérios e requisitos objetivos para a concessão do pagamento de diárias a todos os servidores municipais de Iguatemi/MS, devendo constar ainda, sem prejuízo de outros, os seguintes requisitos:

- i) comprovação de despesas com estadia, no caso de pernoite;
- ii) comprovação de que o motivo da viagem se estendeu por mais de um dia, nos casos de pagamento de mais de uma diária;
- iii) comprovação, através do "relatório circunstanciado da viagem" a ser apresentado, do efetivo interesse público do deslocamento;
- iv) necessidade de comprovação efetiva de participação no evento, não bastando mero recebimento de convite;

<sup>4</sup> ÁVILA, Thiago André Pierobom de; MARTINS, Teofábio Pereira. A recomendação ministerial como possível instrumento de delimitação do dolo da improbidade administrativa. Boletim Científico ESMPU, Brasília, a. 16 n. 49, p. 139-173 — jan./jun. 2017, p. 169. Disponível em: <<http://escola.mpu.mp.br/publicacoes/boletim-cientifico/edicoes-do-boletim/boletim-cientifico-n-49-janeiro-junho-2017/a-recomendacao-ministerial-como-possivel-instrumento-de-delimitacao-do-dolo-da-improbidade-administrativa>>.



v) estabeleça o limite de 10 (dez) diárias a serem pagas por mês ao servidor.

2) Recomenda ainda a todos os servidores municipais de Iguatemi/MS que, imediatamente:

i) Fiscalizem o pagamento de diárias, as quais devem ser correspondentes ao interesse das atividades municipais inerentes à função do beneficiário, bem como se norteie pelos princípios da administração pública quando da análise de cabimento, concessão e pagamento de diárias, sobretudo os princípios da legalidade e moralidade administrativa, tendo em vista os fins a que o dinheiro público deve servir, vez que as diárias não devem ser vistas como meio de complementação de rendas dos servidores municipais;

ii) Inclua no Relatório de Viagem campos para preenchimento obrigatório dos horários de saída e de chegada dos eventos ensejadores da diária, devidamente comprovados, de modo a viabilizar a identificação da quantidade exata de diárias a serem pagas, se a diária inteira ou meia diária;

iii) Exija que o Relatório de Viagem não seja preenchido com descrição genérica dos serviços executados e pessoas contatadas, devendo se observar a concretude na justificativa de deslocamento e vinculação e pertinência com as atribuições do cargo, abstendo-se do pagamento de diária para deslocamento que não guarda relação intrínseca com as funções do cargo de servidor público municipal, secretários, Prefeito, etc., e cujos requerimentos ou relatórios de viagens sejam vagos e lacônicos, não permitindo a todos conhecer o interesse público subjacente à atividade, e, conseqüentemente, à legalidade do ato;

iv) Exija, sob pena de não pagamento ou devolução do valor recebido a título de diária, a apresentação do devido comprovante de comparecimento ao evento ensejador da diária, que deverá permanecer juntado ao respectivo pedido e Relatório da Viagem; e

v) Abstenha de pagar o limite máximo de diárias permitidas por mês, de modo a impedir que o recebimento de diárias constitua nova fonte de remuneração;

2) Confiram ampla divulgação da presente Recomendação, de maneira adequada e imediata, fazendo-se publicá-la no site oficial da Prefeitura Municipal de Iguatemi/MS;

Ademais, nos termos do art. 45 da Resolução n. 015/2007/PGJ<sup>5</sup>, concede-se o prazo de 20 (vinte) dias para que os destinatários da Recomendação apresentem resposta escrita sobre o acatamento ou não da presente Recomendação, encaminhando, se for o caso, cópias dos atos correspondentes ao cumprimento de cada um dos itens recomendados.

Adverta-se os destinatários de que o não acatamento da presente Recomendação poderá culminar na adoção das medidas judiciais cabíveis nas esferas da improbidade administrativa e cível.

Encaminhe-se cópia da presente Recomendação, para fins de ciência, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Fundações e ao Corregedor-Geral do Ministério Público Estadual.

Não obstante, para melhor cumprimento e divulgação, remeta-se cópia da presente Recomendação para publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP-MS) e também ao Presidente da Câmara de Vereadores de Iguatemi/MS.

Decorrido o prazo, com ou sem resposta, certifique neste procedimento e retorne conclusivo.

Cumpra-se.

Iguatemi, 26 de abril de 2023.

ANDRÉ LUIZ DE GODOY MARQUES,  
Promotor de Justiça.

<sup>5</sup> Art. 45. Expedida a recomendação, aguardar-se-á prazo razoável para resposta da autoridade sobre a sua adoção ou não. Parágrafo único. Será requisitada ao destinatário da recomendação sua divulgação adequada e imediata, bem como resposta por escrito.



---

**MIRANDA**

---

**EDITAL N° 002/2023**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004454-1

Representante: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar.

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente do Município de Bodoquena/MS para o período de 2024 a 2028.

Miranda/MS, 27 de abril de 2023.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

---

**PARANAÍBA**

---

**EDITAL N° 0010/2023/01PJ/PBA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215 – Jardim Santa Mônica, Paranaíba-MS.

Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis nº 09.2023.00003750-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Acompanhar a implantação do Serviço de Família Acolhedora no Município de Paranaíba/MS.

Paranaíba - MS, 12 de abril 2023.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

---

**SONORA**

---

**INQUÉRITO CIVIL N° 06.2021.00000194-4****Edital n° 0008/2023/01PJ/SNR**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2021.00000194-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.º 90, Centro, em Sonora/MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2021.00000194-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sonora

Assunto: Apurar eventuais ilicitudes em procedimentos licitatórios celebrados pelo Município de Sonora visando a beneficiar a empresa CONSERV CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

Sonora/MS, 26 de abril de 2023.

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA

Promotor de Justiça

**INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2023.00000442-7****Editais nº 0009/2023/01PJ/SNR**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00000442-7, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.º 90, Centro, em Sonora/MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2023.00000442-7;

Requerente: Promotoria de Justiça de Sonora/MS;

Requerido: Heloísa Aparecida Gomes de Freitas;

Assunto: Apurar eventuais atos de poluição sonora oriundos do espaço de festas "Cantinho da Cachaça", localizada na Rua Presidente Prudente de Moraes, 134, neste Município de Sonora/MS.

Sonora/MS, 27 de abril de 2023.

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA

Promotor de Justiça